

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.585.614 - PI (2019/0272946-6)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADOR : DIEGO AMORIM NEVES REIS - PI011630
AGRAVADO : ANA ELVIRA MARIA DE LIMA
AGRAVADO : MANOEL PEDRO DA SILVA
AGRAVADO : JOAO FRANCISCO DOS SANTOS
AGRAVADO : ALENCAR REIS DE LIMA
AGRAVADO : RAIMUNDO ANTONIO DA SILVA
AGRAVADO : FRANCISCO DE ASSIS MARCOS
AGRAVADO : JOSE FERREIRA LEITE
AGRAVADO : DAMIAO ANTONIO DA COSTA
AGRAVADO : SATURNINO MENDES DE SOUSA
AGRAVADO : ANTONIO JOAO DE LIMA
AGRAVADO : JOSE DANILSON DE CARVALHO REIS
AGRAVADO : AUGUSTO ELOI DA SILVA
AGRAVADO : MANOEL BENEDITO DE PAIVA
AGRAVADO : DIONÍSIO SOARES GUIMARAES
AGRAVADO : FELIPE ANTONIO DE CARVALHO
ADVOGADO : CICERO WELITON DA SILVA SANTOS - PI010793

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pelo **Estado do Piauí** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, assim ementado (fl. 214):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. PEDIDO JUDICIAL DE REINTEGRAÇÃO À CARGO PÚBLICO. ALEGADA COAÇÃO NA ADESÃO A PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA (PDV). PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. DATA DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR OU DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO, O QUE OCORRER POR ÚLTIMO. PRECEDENTES DO TJPI. REMESSA DOS AUTOS À PRIMEIRA INSTÂNCIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. O prazo prescricional da pretensão de reintegração em cargo público, em razão de suposta coação na adesão a Programa de Demissão Voluntária (PDVI, é de cinco anos (art.- 1º do Decreto 20.910/32) e seu termo inicial corresponde a data do desligamento do Servidor do serviço público e, mais do que isso, desde que já tenha sido paga ao servidor a indenização correspondente.

Superior Tribunal de Justiça

Precedentes do TJPI.

2. *Considerando que o feito não está em condições de imediato julgamento e diante da impossibilidade de aferir com precisão a data da ocorrência do desligamento de todos os servidores Apelantes, cabe determinar a remessa dos autos ao primeiro grau de jurisdição, para que o Estado do Piauí seja intimado a apresentar o comprovante da data do atos de desligamento e de pagamento das indenizações de cada um deles.*

3. *Recurso conhecido e provido.*

A parte agravante aponta violação aos arts. 373, I e 1.022 do CPC/15; 178, I, do CC/02 e 1º do Decreto n.º 20.910/32. Sustenta, em resumo: (I) tese de negativa de prestação jurisdicional; (II) "*a segunda parte da decisão vai de encontro ao art. 373, I, do CPC/2015, na medida em que é ônus da parte autora comprovar o fato constitutivo de seu direito. Ou seja, é a parte requerente quem deve provar que não houve a prescrição por meio da apresentação dos documentos que estabeleçam a data do seu desligamento. Ademais, a apelante sequer realiza este pedido no seu recurso e na sua petição inicial. Este comando, portanto, além de mostrar-se extra perita, violando o art. 492, do CPC/2015, revela a parcialidade deste magistrado.*" (fl. 305) e; (III) "*ora, é exatamente o que dizem os autores: que foram coagidos a aderirem ao PDV. Pois bem. Supondo que houve coação, esta cessou no momento em que se obteve a sua assinatura no pedido de adesão. Daí para frente, a coação não mais seria necessária, não sendo preciso qualquer ato do servidor para ultimar o seu desligamento, já aceito. A partir da data do pedido de desligamento, nasceu para o autor o direito de acionar o Estado (princípio da actio nata); e quando se pretende a anular um ato sob o fundamento da coação, o prazo conta-se a partir do dia em que esta cessou (art. 178, 5º, V, "a", do antigo Código Civil então em vigor).*" (fl. 306)

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

O inconformismo não prospera.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Superior Tribunal de Justiça

Com relação ao art. 1º do Decreto n.º 20.910/32, cumpre registrar que a mera indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que haja demonstração clara e objetiva de como o acórdão recorrido teria malferido a legislação federal, não enseja a abertura da via especial, devendo a parte recorrente demonstrar os motivos de sua insurgência, o que não ocorreu no caso em exame. Desse modo, a deficiência na fundamentação recursal inviabiliza a abertura da instância especial e atrai a incidência, por simetria, do disposto na Súmula 284/STF, segundo a qual é “*inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*”. Para ilustrar, sobressaem os seguintes precedentes: **AgRg no AREsp 83.629/DF**, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 3/4/2012; **AgRg no AREsp 80.124/PB**, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 25/5/2012.

No mais, colhe-se do aresto estadual a seguinte passagem (fls. 216/219):

No caso, discute-se a ocorrência, ou não, de prescrição da pretensão deduzida em juízo pelos servidores públicos Apelantes de serem reintegrados nos cargos que ocupavam, ao fundamento de que seu desligamento do serviço público decorreu de coação do Estado do Piauí para a adesão ao programa de demissão voluntária (PDV) instituído pela Lei Estadual n.º 4.865/96 e pelo Decreto Estadual n.º 9.589/96.

No recurso, os Apelantes sustentam que o termo inicial do prazo prescricional do pedido de reintegração ao cargo é a data em que os servidores foram efetivamente exonerados do serviço público, e não àquela a edição da lei que prevê o PDV ou do pedido de adesão a este programa, que foi tida como base pelo juiz da causa para calcular o prazo prescricional (fls. 138/143).

De logo, interessa pontuar que jurisprudência do TJPI tem perfilhado o entendimento de que o termo inicial da prescrição nestes casos é, de fato, a data do desligamento do servidor do serviço público mais do que isso, desde que já tenha sido paga ao servidor a indenização correspondente ao PDV, na linha dos seguintes precedentes, um deles inclusive de minha relatoria:

[...]

O que se reconhece, portanto, é que o desligamento do servidor que adere ao PDV não se constitui de um só ato público, mas sim de um procedimento administrativo, composto por uma série de atos concatenados, que termina ou com a portaria de desligamento do servidor, ou com o pagamento da respectiva indenização, o que ocorrer por último.

No presente caso, a demanda foi proposta em 08 de janeiro de

Superior Tribunal de Justiça

2002 (fl. 02), de modo que, para que não esteja prescrita a pretensão de reintegração, o servidor tem que ter sido desligado ou recebido sua indenização posteriormente a 08 de janeiro de 1997

Ocorre que, no caso dos presentes autos, não é possível aferir com precisão a data da ocorrência do desligamento de todos os servidores Apelantes.

Decerto, foram juntadas aos autos cópias de Diários Oficiais do Estado do Piauí, em que constam as Portarias pelas quais foi promovido o desligamento de alguns dos servidores recorrentes, que aderiram ao PDV instituído pela Lei Estadual nº 4 865/96, como se vê às fls. 127/134, mas não de todos eles. Ao lado disso, também não há prova da data a quitação da indenização correspondente pelo Estado do Piauí.

Entretanto, verifico, desde logo, que algumas das referidas Portarias Estaduais foram publicadas em datas posteriores a 08 de janeiro de 1997, de modo que já se pode concluir cabalmente que a pretensão de reintegração dos servidores por elas desligados do serviço público não está prescrita.

Mas, nem mesmo em relação a elas, poderá o tribunal passar ao julgamento do mérito da causa, pois não o feito não está em condições de imediato julgamento, tendo em conta que sequer foi realizada instrução processual para produção de provas acerca da existência, ou não, do vício de consentimento que constitui a causa de pedir dos autores, ora Apelantes.

Diante desse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ, bem anotado no decisório agravado.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator